

Visita da Comissão de Assuntos
Constitucionais, Direitos, Liberdades e
Garantias da Assembleia da República
ao
Centro de Estudos Judiciários

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2012

Director

Professor Doutor António Pedro Barbas Homem

Directores Adjuntos

Procuradora-Geral Adjunta Maria Helena Fazenda

Desembargador Mário Mendes Serrano

Coordenadores

Departamento de Formação:

Juiz de Direito Edgar Taborda Lopes

Departamento de Relações Internacionais:

Desembargador Alexandre Baptista Coelho

O Centro de Estudos Judiciários é presentemente responsável pela formação de 355 auditores e magistrados em regime de estágio.

Em 28 de Fevereiro de 2012

concluem o estágio:

- 46 magistrados judiciais
(XXVII Curso (via académica) e XXVIII Curso (via profissional))
- 49 magistrados MP
(XXVII Curso (via académica) e XXVIII Curso (via profissional))
- 15 magistrados TAF
(I Curso TAF, via profissional)

Em 1 de Setembro de 2012

concluem o estágio, se reduzido na sua duração por acto legislativo
(termo previsto para 28 de Fevereiro de 2013)

- 38 magistrados judiciais
(XXVIII Curso, via académica)
- 36 magistrados MP
(XXVIII Curso, via académica)
- 9 magistrados TAF
(I Curso TAF, via académica)

O Centro de Estudos Judiciários é presentemente responsável pela formação de 355 auditores e magistrados em regime de estágio.

Em 28 de Fevereiro de 2013

concluem o estágio:

- 19 magistrados judiciais
(XXIX Curso, via profissional)
- 17 magistrados MP
(XXIX Curso, via profissional)
- 30 magistrados TAF
(II Curso TAF, via profissional)

Em 28 de Fevereiro de 2014

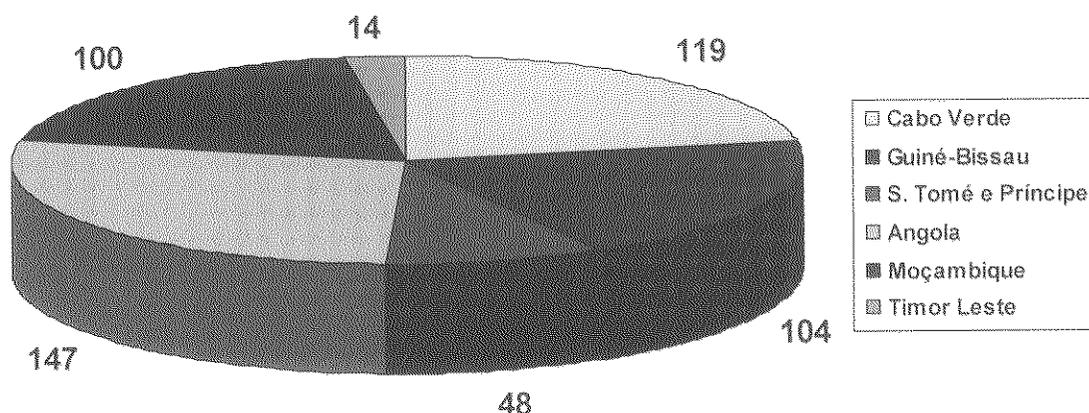
concluem o estágio, se não for reduzido na sua duração por acto legislativo

- 36 magistrados judiciais
(XXIX Curso, via académica)
- 48 magistrados MP
(XXIX Curso, via académica)
- 12 magistrados TAF
(II Curso TAF, via académica)

Cooperação com países de língua oficial portuguesa

O Centro de Estudos Judiciários desempenha um papel activo no domínio da cooperação com países de língua oficial portuguesa, sendo responsável pela formação desde 1980 de mais de 500 magistrados dos países de língua portuguesa

Formandos que frequentaram no CEJ cursos normais, cursos especiais, e cursos para formadores, distribuídos segundo o país de origem:



Cabo Verde	119
Guiné-Bissau	104
S. Tomé e Príncipe	48
Angola	147
Moçambique	100
Timor Leste	14

Principais acções de cooperação em 2011:

- Formação dos juizes dos tribunais superiores de Moçambique
- Outras acções: Guiné-Bissau, Cabo Verde, Timor

Rede europeia de formação judiciária

- O Centro de Estudos Judiciários participa nos programas da Rede de Formação Judiciária Europeia, em especial, no Programa PEAJ
 - Magistrados portugueses que participaram em 2011 em actividades de formação
 - Rede Europeia: 77
 - Projectos em parceria com instituições congéneres: 27
 - Participação em actividades de formação de escolas e outras instituições europeias: 54
- A comunicação da Comissão Europeia
 - O projecto de um programa «Erasmus» para magistrados
 - O incremento do conhecimento do direito europeu
 - A necessidade de conhecimento dos sistemas jurídicos e judiciários nacionais

Formação contínua

Número de magistrados em formação no CEJ, desde Outubro: **1584**
Outros participantes não magistrados: **120**

- **Acções realizadas desde Outubro:**

Direito Penal; Processo Civil Experimental; Interesses difusos; Internet e novas tecnologias; Rapto internacional; Despedimento colectivo; Tratamento processual da pequena e média criminalidade; Intervenção e protecção de crianças e jovens em risco; Direito do urbanismo; Insolvência; Jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem; Juiz nacional como juiz comum do direito europeu; Direito do Desporto; Imigração ilegal e tráfico de seres humanos; Cooperação judiciária internacional

- **Acções programadas até Junho:**

Direito bancário; Direito do trabalho; Regime de recursos; *Stalking*; *Bulliyng*; Execução de penas; Direito da saúde; Direito da Família e Crianças; Direito Fiscal; Direito Administrativo; Regime de taxas; Apreciação dos meios de prova; Gestão processual; Reforma do processo executivo

- **Locais das acções:**

Porto, Aveiro, Faro, Coimbra, Braga, Lisboa, Leiria

- **Parcerias:**

Ordens Profissionais (Advogados, Engenheiros, entre outras); outras instituições (conselhos nacionais, comissões nacionais, observatórios, universidades)

Formação a distância

- Criação de um centro de recursos
- Projectos já colocados na Página e dos projectos em preparação
 - Gravação das acções de formação contínua e publicação do dossier de formação
 - Guias práticos:
reenvio prejudicial
 - Manuais:
violência doméstica; divórcio e responsabilidades paternais;
inventário; criminalidade económico-financeira e recuperação
de activos

Principais eixos de um Programa de acção

- Abertura ao exterior e transparência
- Selecção dos docentes
- Selecção dos auditores
- Novo regime de avaliação de auditores e de estagiários
- Processos pedagógicos e política de publicações
- Articulação entre ciclos de formação
- Tribunais e cidadania